



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Secretaria dos Órgãos Colegiados

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

RESOLUÇÃO nº 145/2018 C P J

REVOGADA PELA RESOLUÇÃO Nº 148/2018-CPJ

~~Altera a letra k, inciso I.I, art. 4º — Área Criminal — Cuiabá; inciso I.IV do art. 6º — Área Cível — Rondonópolis; inciso I.IV do art. 7º — Área Criminal — SINOP; incisos I.II e I. III do art. 10 — Área Cível e, inciso I.II Área Criminal — Várzea Grande, todos da Resolução nº 104/2015 PGJ que define as atribuições das Promotorias de Entrância Final.~~

~~O Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto na letra c, III, art. 16 da Lei Complementar nº 416/2010 e,~~

Considerando a proposta apresentada no GEDOC nº 000544-001/2018;

Considerando as alterações necessárias à adequação das atribuições de competências reestruturadas no judiciário e informada nos autos;

Considerando a deliberação registrada na reunião ordinária do e.CPJ realizada em 5 de abril de 2018, resolve editar as seguintes alterações na Resolução nº 104/2015 PGJ:

~~Art. 1º. A letra k do inciso I.I do art. 4º — Comarca de Cuiabá — Área Criminal, passa a ter a seguinte redação:~~

~~Art.4º(...)~~

~~I.I (...)~~

~~(...)~~

~~**k)** À 27ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos judiciais e extrajudiciais em curso junto à 14ª Vara Criminal de Cuiabá, incluindo crimes contra a dignidade sexual e dolosos contra a vida até a pronúncia;~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Secretaria dos Órgãos Colegiados

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

~~praticados contra crianças, adolescentes e idosos, e demais feitos de sua competência.~~

~~— **Art. 2º.** O inciso I.IV do art. 6º — **Comarca de Rondonópolis — Área Cível**, passa a ter a seguinte redação:~~

~~Art.6º.(...)~~

~~(...)~~

~~**I.IV** À 4ª Promotoria de Justiça compete atuar na defesa da Infância e Juventude — tutela individual e coletiva, e diretoria do foro.~~

~~— **Art. 3º.** A letra c do inciso I.IV do art. 7º — **Comarca de Sinop — Área Criminal**, passa a ter a seguinte redação:~~

~~— Art. 7º.(...)~~

~~(...)~~

~~I.IV . (...)~~

~~(...)~~

~~**e)** atuar nos feitos criminais junto à 4ª Vara Criminal de Sinop, exceto os relativos a execuções penais.~~

~~— **Art. 4º.** A letra a do inciso I.II e, o inciso I.III do art. 10 — **Comarca de Várzea Grande — Área Cível**, passam a ter a seguinte redação:~~

~~— Art. 10. (...)~~

~~I.II (...)~~

~~**a)** nos feitos da 1ª Vara especializada de Família e Sucessões;~~

~~(...)~~

~~**I.III)** À 3ª Promotoria de Justiça compete atuar:~~

~~**a)** nos feitos da 2ª Vara Especializada de Família e Sucessões;~~

~~**b)** concorrentemente com a 7ª Promotoria de Justiça, nas causas de interesses individuais indisponíveis do idoso, por distribuição mediante os critérios da alternância e igualdade;~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Secretaria dos Órgãos Colegiados

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

~~e) nos procedimentos oriundos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.~~

~~Art. 5º. O inciso I-II do art. 10 – **Comarca de Várzea Grande – Área Criminal**, passa a ter a seguinte redação:~~

~~I – (...)~~

~~I-II – À 2ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos criminais gerais afetos à 3ª Vara Criminal.~~

~~Art.6º. Acrescentar o Art. 11 A às **Disposições Gerais**:~~

~~(...)~~

~~**Art. 11 – A.** A atribuição para oficial em cartas precatórias, judiciais ou extrajudiciais fica diluída entre todas as promotorias, conforme respectivas localidades, varas e matérias de atuação, salvo previsão expressa em contrário.~~

~~Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.~~

Cuiabá, 5 de abril de 2018.

Marcelo Ferra de Carvalho

Procurador-Geral de Justiça
em exercício

Flávio César Fachone

Secretário do CPJ *ad hoc*